

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA FLÁVIA VILELA SILVA

MOBILIZANDO O LOCAL NO ENVIRONMENTAL PEACEBUILDING:
UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A GUARDA INDÍGENA NASA E O PROJETO
AMAZONIA SUSTENTÁVEL PARA A PAZ NA COLÔMBIA

UBERLÂNDIA

2025

ANA FLÁVIA VILELA SILVA

**MOBILIZANDO O LOCAL NO ENVIRONMENTAL PEACEBUILDING:
UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A GUARDA INDÍGENA NASA E O PROJETO
AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL PARA A PAZ NA COLÔMBIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes

UBERLÂNDIA

2025

ANA FLÁVIA VILELA SILVA

**MOBILIZANDO O LOCAL NO ENVIRONMENTAL PEACEBUILDING:
UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A GUARDA INDÍGENA NASA E O PROJETO
AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL PARA A PAZ NA COLÔMBIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes

Uberlândia, 25 de agosto de 2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes (UFU)

Prof. Dr. Laurindo Paulo Ribeiro Tchinhamá (UFU)

Prof. Dr. Edson Jose Neves Junior (UFU)

Agradecimentos

A todos que caminharam comigo, mesmo que por breves instantes, e deixaram um pedacinho de si em minha trajetória, meu mais profundo agradecimento. Cada gesto, cada palavra, cada abraço e cada escolha que fiz me trouxeram até este momento. Que este espaço, pequeno diante de tantas memórias, carregue a gratidão por todos que cruzaram meu caminho.

Agradeço a Deus, primeiramente, por me conceder vida, saúde e paciência para atravessar cada desafio até a conclusão deste trabalho. À minha família, meu porto seguro: minha irmã Eduarda e minha avó Helena, que diariamente me deram força para seguir em frente; e meus pais, Juliene e Noelson, que mesmo distantes nunca deixaram de estar presentes. E ao meu namorado, João, que tornou este capítulo da minha vida mais leve e cheio de alegria.

Aos amigos que encontrei nesta jornada — Maria Fernanda, Simone, Igor, Lorryne — vocês iluminaram os dias difíceis com risadas, palavras e companhia. Serei eternamente grata por tudo o que fizeram e por todo o aprendizado que compartilhamos.

Ao meu orientador, Áureo Toledo, e a todos os professores que deixaram marcas inapagáveis em minha vida acadêmica, minha eterna gratidão. A seu modo, cada um de vocês me ensinou não apenas a me tornar uma boa profissional, mas também a reconhecer e abraçar minha vocação como pesquisadora e futura docente.

Sei que não caberia nesta página todo o carinho, apoio e inspiração que recebi. Que estas linhas sejam, ainda que pequenas, um eco de agradecimento a todos aqueles que sabem que foram importantes em minha trajetória até aqui.

MOBILIZANDO O LOCAL NO ENVIRONMENTAL PEACEBUILDING: um estudo comparativo entre a Guarda Indígena Nasa e o projeto Amazônia Sustentável para a Paz na Colômbia ¹

Linha de pesquisa: Segurança Internacional

Ana Flávia Vilela Silva²

Resumo:

Como a mobilização do local pode impactar na construção da paz, no âmbito dos projetos de environmental peacebuilding (EPB)? A literatura crítica em environmental peacebuilding vem apontando recentemente para a necessidade de que as iniciativas ambientais sejam sensíveis ao local, a fim de que possam apresentar resultados mais positivos e menos efeitos adversos. Utilizando-se de uma metodologia de estudo de caso comparativo entre o projeto Amazônia Sustentável para a Paz e as práticas ambientais da Guarda Indígena na Colômbia, esta pesquisa analisará as concepções de local adotadas nos projetos, o grau de participação e de vínculos sociais construídos, bem como a articulação entre práticas ambientais e construção da paz. Nesse sentido, tem-se como objetivo analisar como as diferentes formas de mobilização do “local” influenciam a construção de diferentes tipos de paz em iniciativas de EPB no contexto pós-conflito colombiano. Defende-se que, quando o local é constitutivo — ou seja, quando as próprias comunidades criam iniciativas cotidianas de paz ambiental a partir de suas cosmologias e vivências —, gera-se uma paz reconciliatória, “lenta” e duradoura. Já em projetos nos quais o local é tratado de forma instrumental — isto é, quando a população local é incluída como agente, mas não define os formatos e modelos da iniciativa —, os efeitos positivos podem ser significativos, porém mais frágeis e orientados por uma lógica de “paz com pressa”. Assim, ressalta-se a importância de os projetos de environmental peacebuilding mobilizarem de forma mais profunda a dimensão do local, de modo que a paz construída possa gerar benefícios sustentáveis e duradouros para os processos de reconstrução pós-conflito.

Palavras-chave: Environmental Peacebuilding, Everyday Peace, local, meio ambiente.

¹ Projeto de mestrado apresentado como trabalho de conclusão de curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais, orientado pelo Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes.

² Discente do curso de Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU). E-mail: anavilela2003@ufu.br.

Introdução e Justificativa do tema:

As guerras civis são definidas por Kalyvas (2006) como o combate armado dentro das fronteiras de uma entidade reconhecida como soberana entre as partes beligerantes. Desde o fim da Guerra Fria, esse tipo de conflito tornou-se predominante em relação aos conflitos interestatais. De acordo com o Global Peace Index, existem atualmente 59 conflitos intraestatais ativos, o maior número registrado desde o final da Segunda Guerra Mundial (Institute for Economics & Peace, 2025). Com o advento dos Estudos Críticos de Segurança Internacional, houve um processo de ampliação e aprofundamento das discussões sobre o que constitui os antecedentes para que se estoure uma guerra civil, dentre as principais lógicas explicativas destaca-se neste trabalho a lógica da cobiça, que relaciona o surgimento de guerras civis ao acesso a recursos naturais estratégicos. Esses recursos reduzem os custos da insurgência, financiam grupos armados e prolongam a violência, como demonstram casos em que diamantes, petróleo ou drogas ilícitas se convertem em motores de guerra. Na Colômbia, por exemplo, o cultivo da coca não apenas sustentou financeiramente diferentes atores armados, mas também intensificou disputas territoriais, aprofundando a marginalização de comunidades indígenas e campesinas. Assim, recursos que poderiam impulsionar o desenvolvimento e o bem-estar coletivo tornaram-se catalisadores de violência. É justamente diante dessa contradição que se insere o campo do *environmental peacebuilding*, ao propor que a gestão colaborativa dos recursos naturais funcione como via de reconciliação, convertendo antigos fatores de guerra em mediadores de cooperação e construção de paz.

Este processo de construção da paz permanece um processo prolongado e repleto de desafios, sobretudo nas dimensões da reconciliação e reintegração social. A presença de grupos dissidentes, as dificuldades nos processos de DDR e os impactos estruturais herdados do conflito agravam esse cenário. Entre esses desafios, a reconciliação é central para consolidar uma paz duradoura (Lederach, 1997; Mac Ginty; Williams, 2009). A reconciliação é entendida, neste trabalho, à luz do conceito de Lederach (1997), como o processo de reconstrução de vínculos sociais rompidos, baseado no reconhecimento mútuo, na convivência e na justiça.

Em se tratando de esforços para a construção da paz e reconciliação, vem ganhando destaque recentemente a abordagem de *environmental peacebuilding*. Este campo, em síntese, propõe a construção e manutenção da paz por meio da gestão e cooperação ambiental, de modo que um recurso natural antes catalisador de conflito se converta em mediador na construção da paz (Dresse *et al.*, 2019). Ou seja, o meio ambiente é visto como ferramenta de reconciliação

entre as partes antes em conflito. Recentemente, dentro da literatura de EPB cresce a defesa de abordagens que valorizem a agência das comunidades locais, reconhecendo seus modos próprios de vida, territorialidade e relação com a natureza. Ainda que esse debate esteja em expansão, são escassos os estudos que comparam empiricamente como diferentes formas de mobilizar o local, ora como agente, ora como recurso instrumental, afetam os processos de reconciliação e sustentabilidade. É nessa lacuna que este projeto se insere (Lederach, 2023; Mac Ginty, 2021). Ao adotar uma perspectiva comparativa entre duas iniciativas contrastantes e focar na forma como o 'local' é mobilizado em contextos de paz, este estudo busca contribuir para o preenchimento de lacuna acadêmica ainda pouco explorada no campo do environmental peacebuilding.

A fim de examinar empiricamente essas dinâmicas, é necessário recorrer a contextos marcados por conflitos prolongados, forte mobilização territorial e iniciativas variadas de construção da paz. Nesse sentido, a Colômbia constitui um estudo representativo, pois reflete um modelo típico de conflito motivado por questões territoriais e oferece um cenário rico para analisar os limites e potencialidades do environmental peacebuilding na prática.

O país apresenta altos níveis de desigualdade social e de acesso à terra. Segundo o IndexMundi (2025), o coeficiente de Gini da Colômbia era de 50,6 em 2016, tendo aumentado para 54,8 em 2024, um valor considerado elevado que coloca o país entre os mais desiguais do mundo. Além disso, em 2017, 82% das terras produtivas do país estavam concentradas nas mãos de apenas 10% dos proprietários, enquanto 68% das propriedades possuíam menos de 5 hectares, e apenas metade das terras tinham sido formalmente regularizada. Portanto, reorganizar o campo, redistribuir a terra e garantir seu uso adequado, de acordo com o relatório da FAO, representava, e ainda representa, um dos grandes desafios para o processo de construção de paz (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2017).

Essa concentração se dá por conta da falta de oportunidades econômicas, por deslocamentos forçados e pela atuação de diversos grupos armados – no caso colombiano existem entre 15 e 20 grupos insurgentes e paramilitares, dos quais os principais, FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), ELN (Exército de Libertação Nacional), M-19 (Movimento 19 de Abril), AUC (Autodefensas Unidas de Colombia). Muitos proprietários cultivam produtos ilícitos, como a coca e praticam mineração e desmatamento ilegal (Morales, 2017), atividades que alimentavam o conflito violento no país ao fornecer recursos para

sustentar os atores armados (Morales-Muñoz *et al.*, 2021). Em virtude dessa conjuntura, o conflito impactou as regiões do país de modo diferente; as principais vítimas têm sido povos indígenas e camponeses, especialmente localizados no Norte da Colômbia.

Um exemplo emblemático dessa violência ocorreu entre 2000 e 2014, quando 504 indígenas do Norte do Cauca morreram em decorrência dos confrontos armados. Mesmo após a assinatura do acordo de paz de 2016 – envolvendo o governo colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC-EP) –, a violência persistiu: 56 líderes sociais foram assassinados e outros ainda continuaram sendo ameaçados (Chaves; Aarts; Van Bommel, 2018). Essa violência continuada, sobretudo em zonas periféricas, justifica a importância de estudar os limites entre paz liberal³ e formas alternativas, locais de paz.

Nesse contexto, a Colômbia se destaca como um campo empírico relevante, não apenas pela persistência dos desafios no pós-acordo, mas também pela quantidade de projetos internacionais de peacebuilding que abriga. O país oferece acesso amplo a relatórios sobre a implementação do acordo, o que facilita o monitoramento dos processos de reconciliação, reparação e justiça. Além disso, diversas iniciativas, tanto internacionais quanto locais, têm mobilizado o meio ambiente como elemento central na reconstrução de laços e na promoção da paz, o que torna o caso colombiano particularmente fértil para debater os limites e as potencialidades da atuação local dentro da abordagem de environmental peacebuilding. Embora não exista um número único e consolidado de projetos nessa área, é possível mapear uma ampla gama de experiências: o relatório *Environmental Peacebuilding in Colombia*, por exemplo, identifica pelo menos 11 boas práticas locais, como projetos de restauração florestal por ex-combatentes, ecoturismo e agrofloresta de cacau. Em escala mais ampla, o GEF já financiou 74 iniciativas no país em áreas como biodiversidade e mudanças climáticas, muitas delas sensíveis ao conflito e alinhadas à construção da paz. Esses projetos têm se mostrado eficazes no fortalecimento da coesão social, na reintegração de ex-combatentes e na oferta de alternativas às economias ilícitas; contudo, seu impacto em nível nacional ainda é limitado por desafios estruturais, como a fraca presença estatal em regiões periféricas, a falta de coordenação política e a persistência das economias ilegais, que colocam em risco a sustentabilidade e a expansão dessas experiências. (Global Environment Facility, 2025; Morales Muñoz *et al.*, 2025).

Entre essas iniciativas, destacam-se projetos que mobilizam diferentes concepções sobre

³ “[A paz liberal] Grosso modo, trata-se de ações cujos objetivos a serem perseguidos são a democratização, estabelecimento do Estado de Direito, proteção dos direitos humanos e promoção de uma economia orientada ao mercado em países saídos de conflitos civis” (de Toledo Gomes, 2014, p. 48).

a agência do local: ora entendido de modo constitutivo, na qual a população local elabora, a partir de suas vivências suas próprias iniciativas de construção de paz; ora de modo instrumental, em que a população é mobilizada de modo participativo, porém consultivo. Essas diferentes concepções influenciam diretamente os resultados alcançados e os efeitos produzidos por essas iniciativas, como os casos analisados por este trabalho: o projeto Amazônia Sustentável para a Paz e as práticas da Guarda Indígena.

A importância empírica deste estudo reside no fato de que ambos os casos analisados atuam em regiões que ainda sofrem com a violência de grupos armados. Assim, urge compreender os alcances, sucessos e limitações dessas iniciativas, a fim de orientar a elaboração de políticas públicas mais sensíveis aos contextos locais e voltadas simultaneamente para a paz e para a sustentabilidade. Considera-se também que ambos os casos partem de diferentes concepções sobre o meio ambiente, o que amplia o debate sobre seu papel nos processos de reconciliação e justiça socioambiental. Por fim, o estudo comparativo oferece subsídios relevantes para avaliar a eficácia da construção da paz na Colômbia e para acompanhar criticamente a implementação do acordo de paz.

Do ponto de vista teórico, esse estudo comparativo também é importante, uma vez que permite avaliar a eficácia e as limitações do *environmental peacebuilding*, favorecendo o aperfeiçoamento deste campo. Além disso, as perspectivas locais para a paz são fundamentais para reconhecer as formas pelas quais as populações se mobilizam e resistem, de modo que este estudo também contribui para analisar como distintas mobilizações do local influenciam os processos de reconciliação e o fortalecimento de laços duradouros.

Nesse contexto, a Colômbia configura-se como um campo empírico privilegiado: abriga ampla diversidade de projetos de paz e gestão ambiental, possui acesso a dados e há persistência de desigualdades estruturais que alimentam novas formas de violência. Os dois casos analisados: Amazônia Sustentável para a Paz e as práticas da Guarda Indígena Nasa, não apenas atuam em regiões críticas do pós-acordo, como também expressam concepções radicalmente distintas de local e de paz. Ao comparar esses modelos, o estudo contribui, portanto, para compreender os efeitos da agência local nos processos de reconciliação e desafia os limites das abordagens institucionais convencionais no *environmental peacebuilding*.

Problemática e hipótese:

Desde os acordos de paz de 2016, a construção da paz na Colômbia tem sido um

processo lento, desigual e frequentemente fragmentado. Embora o marco institucional do acordo represente um passo significativo na superação formal do conflito armado, diversos desafios persistem, sobretudo nas regiões periféricas e rurais, onde a presença do Estado é limitada e as disputas por território e recursos naturais continuam a alimentar dinâmicas de violência. Esses desafios estão enraizados em desigualdades estruturais históricas, como a concentração do acesso à terra, a marginalização de comunidades indígenas e camponesas e a persistência de economias ilícitas.

Diante desse cenário, torna-se urgente explorar caminhos alternativos para a construção da paz, especialmente aqueles que integrem a gestão dos recursos naturais como eixo central. A Colômbia, portanto, configura-se como um caso relevante para a análise de projetos de environmental peacebuilding, os quais articulam governança ambiental⁴ e reconciliação social como estratégias para a consolidação da paz (Morales-Muñoz et al., 2021). Para agências internacionais e o próprio governo colombiano, os esforços de paz precisam estar ancorados na questão agrária, mas também atentos à fluidez e às transformações constantes da realidade territorial e sociopolítica do país (Morales-Muñoz et al., 2021).

Nessa perspectiva, o meio ambiente deixa de ser um pano de fundo neutro e passa a ocupar uma posição central nas disputas por terra, identidade e poder. Essa centralidade tem estimulado parte da literatura recente a explorar o papel da natureza e da gestão ambiental nos processos de reconciliação. Assim, os estudos sobre environmental peacebuilding têm oferecido contribuições relevantes ao reconhecer a gestão colaborativa dos recursos naturais como uma via promissora para a superação de conflitos e a construção de uma paz mais sustentável. No entanto, parte significativa dessa produção ainda opera sob uma lógica institucional e tecnocrática, o que frequentemente negligencia a agência das comunidades locais e seus modos próprios de se relacionar com a natureza e com o território (Ide et al., 2021).

Embora haja um reconhecimento crescente, na literatura, da importância da participação das populações locais para o sucesso dos projetos de EPB, na prática, muitas políticas públicas adotadas, ainda que incluam a população na elaboração e execução dos projetos, enfrentam dificuldades em adotar uma lógica de paz cotidiana trazida por Mac Ginty (2021), protagonizada e concebida a partir das comunidades locais.

⁴ A governança é uma das cinco dimensões do Environmental Peacebuilding (EPB), trazidas por Morales-Muñoz et al. (2021) e diz respeito à maneira como as sociedades tomam decisões sobre problemas coletivos, estabelecendo normas, regras e instituições. Esse conceito busca aprimorar a participação da esfera pública nos processos decisórios. Em contextos pós-conflito, a governança enfrenta o desafio de conciliar as necessidades econômicas imediatas com a gestão sustentável dos recursos.

Diante desse quadro epistemológico, este projeto propõe-se a estudar criticamente o environmental peacebuilding, por meio de uma comparação entre duas iniciativas situadas na Colômbia pós-acordo: o projeto Amazônia Sustentável para a Paz, conduzido pelo PNUD, e as práticas da Guarda Indígena Nasa. Ambas são investigadas a partir da forma como mobilizam o "local", aqui compreendido pela ótica da teoria da paz cotidiana, ou seja, um enfoque que privilegia pequenos grupos e organizações da sociedade civil, como famílias, redes de amizade, vizinhança e coletivos comunitários.

A partir desse recorte, a pergunta de pesquisa que orienta este estudo é: de que forma a mobilização do "local", seja de maneira constitutiva ou instrumental, influencia a construção de diferentes tipos de paz em iniciativas de EPB no contexto pós-conflito colombiano?

Parte-se da hipótese de que a forma como o “local” é mobilizado em iniciativas de environmental peacebuilding influencia diretamente o tipo de paz que se busca construir. Quando essa mobilização ocorre de maneira constitutiva, relacional e cotidiana — ou seja, quando as próprias comunidades concebem as iniciativas de paz a partir de suas vivências, cosmologias e saberes —, tende-se a favorecer uma paz sem pressa, positiva e duradoura. É o que se observa, por exemplo, no Ritual da Cura e do Perdão promovido pela Guarda Indígena Nasa, que se enraíza em saberes ancestrais, práticas espirituais e vínculos comunitários, criando um espaço de diálogo e reconciliação entre indígenas e ex-membros da FARC-EP.

Em contraste, quando o local é mobilizado de forma predominantemente instrumental — isto é, quando a população local participa e é consultada, mas não é responsável por conceber os projetos —, ainda que haja avanços em termos de sensibilidade ao contexto e resultados positivos, tende-se a produzir uma paz “com pressa”, imediatista e sustentada por vínculos mais frágeis. Esse é o caso da Rede de Viveiros Comunitários, vinculada ao projeto Amazônia Sustentável para a Paz, cuja experiência ilustra de forma clara os limites e implicações de uma abordagem instrumental do local. Embora a proposta de restauração ecológica da rede dialogue com saberes tradicionais e envolva comunidades na execução das atividades, seu desenho e implementação estão inseridos em um modelo orientado por metas institucionais e lógicas de desenvolvimento sustentadas por organismos internacionais (Lederach, 2023).

Assim, apesar de o relatório final deste projeto apontar êxito, a formulação deste se ancora em concepções ocidentais de desenvolvimento, o que restringe o reconhecimento das cosmologias e vivências locais desde a etapa de planejamento até a execução (Morales-Muñoz et al., 2021). Essa lógica tende a reduzir a participação comunitária a procedimentos formais,

como consultas superficiais, registros fotográficos ou assinaturas, sem reconhecer a agência real das populações envolvidas. Trata-se, portanto, de um exemplo concreto do que Lederach (2023) define como “paz com pressa”, em que intervenções exógenas e apressadas priorizam resultados quantitativos e visibilidade internacional em detrimento de vínculos profundos e transformações duradouras.

Em contraposição a isso, a abordagem crítica do environmental peacebuilding, articulada à perspectiva do paz cotidiana, propõe inverter essa lógica: em vez de partir de estruturas institucionais, a paz deve emergir das práticas locais (Morales-Muñoz *et al.*, 2021). Como observado por Mac Ginty (2021), essas práticas hiperlocais possuem capacidade de transbordar para outras escalas, compondo um sistema interconectado no qual as ações locais co-constituem e são moldadas por contextos regionais, nacionais e transnacionais. Um retrato concreto dessa lógica é o caso da Guarda Indígena Nasa, cujas práticas de resistência oferecem alternativas à construção de paz tradicional. Para os Nasa, a paz está associada à autonomia e ao controle de seus territórios, e não apenas à ausência de conflito. A Guarda Indígena defende que a verdadeira paz exige o respeito às identidades e necessidades locais e a transformação das relações conflituosas em formas não violentas de convivência (Chaves; Aarts; Van Bommel, 2020).

A partir dessa ontologia, eles desenvolvem práticas de aceitação e reintegração de ex-combatentes das FARC-EP, através de rituais de perdão e de cura (ONU, 2019). Esses processos contínuos cultivam e nutrem a paz de forma relacional, rompendo com a lógica temporal do conflito e criando espaços de confiança e aceitação mútua (Mac Ginty, 2021). Assim, a Guarda Indígena Nasa mobiliza o local de modo constitutivo, relacional, espiritual e político, articulando suas práticas à autonomia territorial, à convivência comunitária e à proteção do meio ambiente (Mac Ginty, 2021). Essa forma de construção da paz se alinha ao conceito de slow peace, teoria etnográfica que valoriza vínculos afetivos, práticas cotidianas e o tempo vivido como elementos essenciais à consolidação da paz (Lederach, 2023). Nesse processo, os sujeitos da paz não são meros destinatários de políticas públicas, mas protagonistas de seus próprios caminhos de reconciliação.

Objetivos:

Objetivo geral: Analisar como as diferentes formas de mobilização do “local”, seja ele constitutivo ou instrumental, influenciam a construção de diferentes tipos de paz em iniciativas

de EPB no contexto pós-conflito colombiano.

Objetivos específicos:

1. Revisar criticamente a literatura sobre os Estudos para a Paz, com ênfase nas abordagens de environmental peacebuilding, everyday peace, ecologies of slow peace e nas perspectivas indígenas de construção da paz, a fim de estabelecer o referencial teórico da pesquisa.
2. Analisar o projeto Amazônia Sustentável para a Paz, identificando como sua atuação institucional e enfoque tecnocrático moldam práticas de gestão ambiental e influenciam a reconstrução da confiança, a relação com o território e as dinâmicas locais de reconciliação.
3. Examinar as práticas da Guarda Indígena Nasa como formas de reconstrução comunitária, reconciliação e reintegração de ex-combatentes, destacando os elementos culturais, espirituais e territoriais mobilizados a partir das perspectivas da paz cotidiana e das abordagens indígenas.
4. Comparar criticamente os dois casos analisados, discutindo como suas formas distintas de mobilizar o local refletem diferentes concepções de paz e contribuindo para o avanço epistemológico do campo do environmental peacebuilding no contexto colombiano.

Fundamentação teórica:

O que é environmental peacebuilding? Qual a contribuição que a teoria da paz cotidiana pode trazer para repensar o campo do EPB? Quais as limitações de ambas as abordagens? Esta fundamentação teórica buscará responder a essas questões e explicitar o arcabouço conceitual que orientará o desenvolvimento desta pesquisa

Environmental peacebuilding é um campo heterogêneo que surgiu na década de 1990 na literatura dos Estudos para a Paz. Apesar de não haver consenso acerca de sua definição, ele pode ser descrito como o conjunto de “múltiplas abordagens e caminhos pelos quais a gestão de questões ambientais é integrada aos e pode apoiar os processos de prevenção, mitigação, resolução e superação de conflitos” (Ide *et al.*, 2021, p. 3). As pesquisas em EPB geralmente se dividem entre: (1) estudos sobre cooperação ambiental e gestão de recursos naturais (Krampe; Swain, 2021); (2) estudos interestatais e intraestatais; (3) iniciativas que operam no nível *bottom-up* (de baixo para cima) ou *top-down* (de cima para baixo) (Johnson; Rodríguez; Hoyos,

2021).

As abordagens e projetos de EPB *top-down* buscam fortalecer o Estado e estimular o crescimento econômico em nível nacional. No entanto, frequentemente apresentam efeitos negativos ou ambíguos para a construção da paz. Seu caráter tecnocrático e neoliberal tende a priorizar formas formais de governança, em detrimento da inclusão e da justiça, produzindo impactos sociais adversos quando mal reguladas (Johnson; Rodríguez; Hoyos, 2021). Assim, embora a definição de *environmental peacebuilding* proponha transformar desafios ecológicos em instrumentos de construção da paz, na prática, essas iniciativas podem reproduzir desigualdades e tensões já existentes nos contextos analisados (Dresse et al., 2019).

Esse descompasso entre aquilo que é idealizado nos projetos de EPB e o que é efetivamente implementado, tem levado pesquisadores a questionar, não apenas as bases tecnocráticas dessas iniciativas, mas, também, a forma como essas ações ignoram ou marginalizam as perspectivas e necessidades das populações diretamente afetadas. Mesmo que diversos autores apontem para a necessidade de incluir o local nas iniciativas de construção de paz, a fim de que elas sejam bem-sucedidas, as comunidades afetadas são muitas vezes negligenciadas como agentes de construção de paz e raramente participam da concepção dos programas de paz, que partem do internacional. Diversos estudos, livros e relatórios demonstram que modelos universais de paz tendem a falhar e que a sensibilidade ao contexto é fundamental, mas, ainda assim, interventores frequentemente aplicam soluções importadas de outros contextos que não se ajustam às realidades locais (Autesserre, 2016).

Essa exclusão não decorre de uma suposta incapacidade intrínseca das comunidades, mas é resultado de condições estruturais de marginalização e predominância de agendas liberais nos processos de paz (Richmond, 2011). É nesse ponto que a chamada virada local nos estudos de *peacebuilding* ganha relevância, ao deslocar o foco da reconstrução pós-conflito das soluções universais e tecnocráticas para as práticas cotidianas e contextuais, enfatizando a agência das populações diretamente afetadas (de Toledo Gomes, 2014). O EPB crítico foi influenciado pela virada local, porém, diante de algumas limitações, pois tende-se a medida que se valoriza a agência comunitária, parte da literatura ainda tende a adotar uma abordagem dicotômica entre o internacional e o local, representando este último de forma simplificada, como se fosse um espaço homogêneo, em que ele viveria em harmonia com a natureza e sua consciência ecológica, idealizada do rural, o que acaba por reforçar estereótipos e obscurecer sua diversidade e complexidade (Dresse et al., 2019). Tendo isso em vista, essa pesquisa busca

valorizar os conhecimentos e práticas locais, mas com o olhar crítico, pois para além do local, há de se considerar as dimensões nacionais e internacionais para a dinâmica da paz.

Nesse sentido, embora seja necessário evitar a romantização do local, a valorização da agência comunitária abriu espaço para uma agenda alternativa dentro do environmental peacebuilding. As críticas aos modelos liberais e tradicionais de construção da paz também se manifestam no próprio EPB (Ide, 2020), incentivando uma virada para os estudos de iniciativas *bottom-up* (Ide *et al.*, 2021). Esses projetos, ao se basearem na gestão comunitária de recursos naturais, têm demonstrado efeitos positivos para a construção da paz, como o fortalecimento de meios de subsistência; a inclusão política; o desenvolvimento de capacidades colaborativas para gestão de recursos; o fomento à confiança e à cooperação; a proteção ambiental e a valorização de saberes locais e indígenas (Johnson; Rodríguez; Hoyos, 2021).

Ao analisar a eficácia desses projetos locais de environmental peacebuilding, a teoria da paz cotidiana de Mac Ginty (2021) se mostra uma contribuição decisiva. Essa teoria conceitua a paz cotidiana, a qual se refere às práticas rotineiras e modos de pensar e agir adotados por pessoas comuns para restaurar a convivência em comunidades marcadas por conflitos, tanto em níveis intergrupais quanto intragrupoais. Trata-se, não apenas de ações concretas, mas também de uma forma de enxergar o mundo, profundamente enraizada nos contextos políticos, culturais e sociais em que os indivíduos estão inseridos. Essa abordagem desloca o foco das formas institucionais e elitistas de construção da paz, valorizando experiências locais e estratégias desenvolvidas por indivíduos, famílias e pequenos grupos em locais quotidianos, como no trajeto para o trabalho; no pátio da escola; no café do bairro ou no salão de beleza. Para o autor, paz cotidiana pode ser entendida tanto como a primeira manifestação de paz que emerge após um conflito, quanto como a última linha de resistência contra a escalada da violência. Embora centrada no cotidiano, esse conceito reconhece que essas práticas estão inseridas e dialogam com contextos sociais e políticos mais amplos e que estes se influenciam e se co-constituem entre si (Mac Ginty, 2021).

Essa perspectiva cotidiana amplia o protagonismo das comunidades na transformação criativa dos efeitos dos conflitos, como demonstra Angela Lederach (2023), ao analisar o papel dos camponeses da Alta Montaña, na Colômbia. Essa autora dialoga com a abordagem de Mac Ginty e faz um trabalho etnográfico dentro da Colômbia, que contribui para pensar a temporalidade e a territorialidade dentro da paz cotidiana. Ela desenvolve e defende, a partir das vivências camponesas, a construção de uma *paz sin prisa (slow peace)*, que priorize

relacionamentos, memórias ancestrais, rituais locais e a relação com a natureza. A autora, nesse sentido, evidencia como prazos curtos impostos por instituições e organizações internacionais frequentemente desconsideram ritmos comunitários, prejudicando laços sociais e ambientais que sustentam a paz. Como afirmam líderes campesinos: “Os nossos tempos não são os mesmos” (Lederach, 2023, p. 19), frase que aponta para a inadequação das temporalidades impostas de cima para baixo.

A crítica campesina ao excesso de *prisa* (pressa) revela, portanto, mais do que uma insatisfação com a velocidade da implementação destes projetos *top-down*: é uma denúncia das temporalidades descompassadas que fundamentam o modelo liberal de paz. Em contraste, a proposta de construir uma *paz sin prisa* recentraliza práticas de cuidado e reciprocidade, enraizadas na luta coletiva por uma vida digna, sem ignorar a urgência por justiça e reparação. Nesse contexto, a lentidão se torna uma postura ética, capaz de resistir aos processos globais de alienação, deslocamento forçado e degradação ambiental. Para os líderes sociais de Montes de María⁵, a paz não pode ser desenhada a partir de escritórios, mas requer a escuta dos saberes ancestrais e a valorização de processos multiespécie e intergeracionais de reconciliação entre indivíduos, territórios e ecossistemas. Como sintetiza uma campesina: “Se cuidarmos do meio ambiente, estaremos cuidando de nós mesmos, e, ao cuidarmos de nós, alcançaremos a paz” (Lederach, 2017, p. 599).

Apesar da relevância do tema, o vínculo entre meio ambiente e paz, presente nos trabalhos de Angela Lederach (2017, 2023) permanece pouco explorado de forma integrada no campo da paz cotidiana. Essa perspectiva pode dialogar com abordagens críticas dentro do *environmental peacebuilding*, ao valorizar saberes locais e questionar paradigmas tecnocráticos que historicamente marcaram o campo. Nessa lógica epistemológica, a natureza deixa de ser vista como um mero recurso e passa a ser compreendida como parte ativa na mediação de conflitos e no enfrentamento das formas de violência, como a destruição ambiental gradual e a exclusão política de populações marginalizadas. Assim, se propõe uma forma de conhecimento que une razão e emoção; corpo e território, reconhecendo a terra como sujeito, e não como mero objeto. Essa perspectiva enfatiza que cuidar do território é inseparável de cuidar das relações sociais, espirituais e ecológicas que nele se enraízam (Escobar, 2014).

⁵ Montes de María é uma sub-região no Caribe colombiano com uma profunda história de violência ligada ao conflito armado. Durante décadas, sua população sofreu com as disputas territoriais entre guerrilhas, grupos paramilitares e as forças do Estado. O controle da terra e dos corredores estratégicos para o narcotráfico foi um dos principais motores dessa violência (Bruno, 2012).

Dentro desse entendimento, o cuidado com o meio ambiente está intrinsicamente relacionado com o fortalecimento de laços sociais, em razão disso, a natureza pode ser vista como mediador e catalisador do processo de reconciliação. Segundo John Paul Lederach (1997), a reconciliação é a reconstrução de relacionamentos entre partes em conflito, criando um espaço social em que verdade e perdão não são opostos, mas dimensões complementares. A verdade envolve reconhecer injustiças e validar perdas; a misericórdia, aceitar e iniciar novos ciclos; a justiça, garantir direitos e reparações e a paz, promover interdependência e bem-estar. No contexto do environmental peacebuilding, essa concepção reconciliatória é percebida na defesa de que a gestão compartilhada de recursos pode funcionar como canal de confiança e diálogo, especialmente quando práticas repetidas geram hábitos de cooperação, o que é conceituado por Ide (2019), como aproximação simbólica (Ide, 2019; Morales-Muñoz *et al.*, 2021).

Portanto, esta pesquisa propõe articular environmental peacebuilding e everyday peace, tomando como referência central as contribuições de Angela Lederach, em especial o conceito de slow peace. Esse enquadramento teórico possibilita compreender como comunidades transformam, de forma criativa e contínua, os efeitos cumulativos da violência política e ambiental. A partir de uma matriz analítica que considera: quem concebe o projeto; qual é o grau de participação da população; quais vínculos sociais são desenvolvidos; e como se articula a relação entre práticas ambientais e construção da paz, será possível refletir e analisar o tipo de paz que emerge — se liberal e padronizada, ou situada e orientada pelos saberes locais. Assim, este trabalho assume que o tempo da paz não se define pela pressa em alcançar resultados, mas pela capacidade de nutrir reconexões profundas. Esses tempos se revelam, muitas vezes, na lentidão, no silêncio e na repetição de práticas comunitárias que, embora discretas, criam as bases para transformações consistentes e duradouras (Lederach, 2023; Mac Ginty, 2021).

Diante disso, este estudo parte do pressuposto de que o modo como o local é interpretado e mobilizado em iniciativas de environmental peacebuilding impacta diretamente sua capacidade de promover reconciliação, restaurar vínculos e fortalecer a sustentabilidade. Ao investigar empiricamente essas dinâmicas, busca-se não apenas contribuir para o avanço teórico do campo de EPB, mas também oferecer subsídios para práticas locais e ambientais de construção de paz. Nesse sentido, propõe-se articular o environmental peacebuilding às práticas de paz cotidiana, enraizadas nos gestos diários de cuidado, reciprocidade e cooperação, de modo

a valorizar as relações que conectam pessoas, comunidades e territórios. Como aponta Harshman (2019), integrar a dimensão ambiental à construção da paz exige repensar as práticas implementadas, bem como o próprio conceito de paz, deslocando-o para uma compreensão mais relacional e interdependente entre humanos e natureza.

Fundamentação bibliográfica:

Em setembro de 2016, foi assinado o Acordo de Paz entre o governo da Colômbia e as FARC, representando não o fim, mas um passo decisivo na longa trajetória de construção da paz no país. “Não se assina. A paz se constrói” (Lederach, 2017, p. 591) — essa frase, dita por um dos líderes camponeses da região de Alta Montaña e resgatada por Angela Lederach, sintetiza a compreensão de que a paz é um processo contínuo, tecido no cotidiano, e não um evento isolado.

Essa visão contrasta com a trajetória histórica da Colômbia, marcada por ciclos persistentes de violência e desigualdade que desafiam a consolidação da paz. Desde o período de *La Violencia* (1920–1960), ao longo de mais de cinco décadas de conflito armado, os povos indígenas se viram no fogo cruzado entre a violência estatal e a violência de grupos insurgentes, ambos disputando o controle de seus territórios. A violência agrária resultou na detenção e tortura de líderes comunitários pelo exército, sob acusações de colaboração com grupos armados. Atualmente, a violência política persiste em regiões como Cauca e Caquetá, impulsionada por fatores como a posição geopolítica estratégica do norte da Colômbia para o narcotráfico e a atuação de diversos grupos armados, como as Águilas Negras, o ELN e dissidências das FARC-EP (Ruelle-Orihuela et al., 2023).

A permanência de um modelo agrário excludente aprofunda esse cenário: cerca de 80% das terras totais estão nas mãos de apenas 1% dos proprietários. A pobreza afeta de forma desproporcional as populações rurais, mulheres e minorias étnicas, resultado de décadas de violência e de políticas públicas que favoreceram o latifúndio. Essa concentração de terras é uma das principais causas dos conflitos territoriais, e a falta de enfrentamento de suas raízes estruturais mantém essa violência. Como evidência, entre 2016 e 2018, mais de 340 líderes sociais, defensores de direitos humanos foram assassinados, mostrando que a paz formal não se traduziu em segurança para determinadas comunidades colombianas (Rojas-Robles, 2018). Diante deste panorama, o governo colombiano tem sido questionado sobre o cumprimento do Acordo de Paz, tendo cumprido apenas 5% da Reforma Rural Integral até 2018, o que

demonstra fragilidade institucional e falta de vontade política. Além disso, o acordo prejudica os meios de subsistência ao ignorar as preferências tradicionais dos povos locais (Vélez-Torres; Lugo-Vivas, 2021).

É nesse contexto de violências persistentes e institucionalidade frágil que emergem iniciativas locais de paz. Longe de serem apêndices das políticas estatais, essas práticas comunitárias evidenciam formas alternativas de reconstruir a convivência e regenerar o vínculo com a terra, articulando saberes ancestrais, cuidado mútuo e práticas ambientais. O campo do everyday peace e as contribuições de slow peace, como já visto, oferecem referenciais importantes para compreender essas iniciativas, ao deslocar o foco das instituições formais para as ações cotidianas de negociação, convivência e resistência nos territórios e ao desafiar as lógicas padronizadas e aceleradas dos projetos tecnocráticos.

O caso da Colômbia se revela, assim, particularmente relevante para explorar essa relação complexa entre construção da paz, conflitos e o meio ambiente. Décadas de desmatamento causado pela extração de madeira, pecuária extensiva e cultivo de coca contribuíram não apenas para a degradação ambiental, como também para o financiamento da violência armada, especialmente em regiões como Caquetá. Em resposta a isso, surgem iniciativas de environmental peacebuilding voltados à promoção de novos usos da terra e uma governança de recursos naturais para melhorar o bem-estar das comunidades (Morales-Muñoz et al., 2021). A cooperação ambiental, especialmente no contexto colombiano, tem um grande potencial para construir a paz, uma vez que aumenta a coesão social e fortalece as identidades coletivas ligadas ao território e aos recursos naturais. Um achado importante é que a união dos atores comunitários frequentemente se dá na defesa política do território contra atores externos, e não na criação de "espaços neutros" de cooperação (Hachmann *et al.*, 2023).

Entre os casos analisados nesta pesquisa, destacam-se duas experiências contrastantes que ilustram diferentes formas de engajamento do local na construção da paz: o projeto Amazônia Sustentável para a Paz, promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e a atuação da Guarda Indígena Nasa. Dentro desses projetos, destacam-se especificamente duas iniciativas locais emblemáticas: a Rede de Viveiros Comunitários, desenvolvida no âmbito do projeto Amazônia Sustentável para a Paz, e o Ritual da Cura e do Perdão, promovido pela Guarda Indígena. Ambas ilustram, de formas distintas, como o local pode ser mobilizado na construção da paz, seja por meio de arranjos institucionalizados e tecnocráticos, seja por práticas enraizadas na autonomia comunitária e nos

saberes ancestrais.

O primeiro estudo de caso analisado nesta pesquisa, o projeto Amazônia Sustentável para a Paz é uma iniciativa do PNUD na Colômbia que conecta a redução do desmatamento e a conservação da biodiversidade com a construção da paz, cuja atuação se dá em diversas frentes: combate ao desmatamento; fortalecimento da governança florestal; promoção de cadeias produtivas sustentáveis; reintegração de ex-combatentes e geração de renda para populações camponesas e indígenas. Um de seus pilares é o co-design participativo de soluções, com foco na reconstrução da confiança entre Estado e comunidades locais, por meio de uma abordagem adaptativa e culturalmente sensível (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), 2024; Schmid; Vlaskamp, 2024).

Inserida nesse projeto, a Rede de Viveiros Comunitários é composta por doze organizações camponesas, responsáveis por operar catorze viveiros em regiões estratégicas da Amazônia colombiana. A rede produz cerca de um milhão de mudas por ano e promove ações de restauração ecológica e o espaço de intercâmbio de conhecimentos, através da Escola Camponesa de Restauração. Este se constitui como espaço formativo que combina saberes técnicos, científicos e tradicionais, bem como um local que facilita o encontro entre indivíduos para compartilhar experiências (Instituto SINCHI, 2023; Reyes, 2024). A proposta desta iniciativa vai além da recuperação ambiental: ela tem por objetivo restaurar vínculos sociais rompidos pela guerra, ao promover a convivência entre antigos adversários, como ex-combatentes das FARC e camponeses afetados pelo conflito. Os viveiros, nesse sentido, operam como espaço simbólico e prático de reconciliação.

O segundo estudo de caso diz respeito à investigação sobre as práticas da Guarda Indígena de promoção de paz. A Guarda Indígena constitui uma forma de organização comunitária de caráter autônomo e não-violento, criada pelas próprias comunidades indígenas como resposta à presença de grupos armados em seus territórios (Reina, 2022). Atualmente, sua atuação se dá de forma relacional, baseada na confiança interna e na mobilização coletiva, desempenhando funções de proteção, mediação e reconstrução do tecido social em contextos de abandono estatal e violência armada (Chaves; Aarts; Van Bommel, 2020).

Entre suas práticas, destaca-se o Ritual do Perdão, realizado em 2019 na comunidade de Dabeiba, Antioquia. A cerimônia, organizada pelo grupo, com apoio da Jurisdição Especial para a Paz (JEP) e da Missão da ONU, promoveu um encontro entre ex-combatentes das FARC-EP e comunidades indígenas para realizar um ato simbólico de reconciliação. O ritual incluiu

cantos, danças, partilhas de dor e práticas espirituais, que valorizavam os saberes ancestrais como forma legítima de justiça restaurativa e cura coletiva (ONU, 2019; Unidad para las Víctimas, 2020).

Mais do que uma atividade formal de reconciliação, o Ritual do Perdão evidencia uma outra temporalidade e um outro modo de construir paz: mais lento, cotidiano e sensível às dimensões espirituais e relacionais da vida comunitária (Chaves; Aarts; Van Bommel, 2020). Essa temporalidade, entretanto, não pode ser confundida com passividade. Para aqueles que perderam amigos e familiares, a urgência da reparação é inegociável, e cabe ao Estado assumir sua responsabilidade histórica na garantia de justiça de transição, reparações materiais e simbólicas e compromissos institucionais efetivos. O conceito de paz lenta, portanto, não elimina a urgência da ação estatal, mas enfatiza que tais medidas não devem se restringir a respostas imediatistas, devendo sustentar-se ao longo do tempo e acompanhar a restauração gradual dos vínculos sociais rompidos. Trata-se, assim, de uma iniciativa que emerge do próprio local, de seus saberes, dores e cosmologias, mas que não pode ser romantizada ou isolada das responsabilidades do Estado. O perdão, nesse contexto, é um ato simbólico de reconciliação entre os povos, que só alcança efetividade plena quando articulado a políticas públicas de justiça, reparação e construção de paz duradoura.

Ao lado da Rede de Viveiros Comunitários, o Ritual do Perdão integra um conjunto de práticas que desafiam modelos convencionais e apontam para outros modos de se pensar a paz. Essas experiências serão analisadas, nesta pesquisa, como expressões concretas de formas alternativas de construção de paz, que valorizam as relações sociais e a reconexão com o território, ao abrir espaço para uma compreensão mais plural do pós-conflito colombiano. Além disso, as duas experiências revelam caminhos distintos, mas igualmente relevantes, de mobilização do local na construção da paz. A Rede de Viveiros Comunitários, ainda que orientada por uma lógica mais técnica e vinculada a organismos internacionais, expressa o esforço de promover reconciliação por meio do trabalho conjunto com a terra. Já o Ritual do Perdão, por sua vez, exemplifica uma forma de paz cotidiana constitutiva, forjada a partir da própria cosmologia das comunidades indígenas. Ambas desafiam as abordagens tradicionais de environmental peacebuilding, as quais priorizavam resultados mensuráveis em detrimento de processos enraizados no cotidiano.

Como propõe Mac Ginty (2021), essas iniciativas podem não parecer, à primeira vista, revolucionárias, mas são capazes de desarticular os ciclos de violência e criar condições para

formas mais duradouras de convivência. A paz cotidiana, tecida em pequenos gestos — como o cuidado com uma muda ou a escuta de um pedido de perdão —, constitui uma força silenciosa e potente de transformação. E são justamente essas práticas, muitas vezes invisibilizadas pelas grandes narrativas institucionais, que sustentam a possibilidade de uma paz plural e duradoura.

Metodologia:

Esta pesquisa adota um desenho qualitativo de caráter explicativo, orientado por uma abordagem hipotético-dedutiva. Parte-se da hipótese de que a forma como o “local” é mobilizado em iniciativas de environmental peacebuilding influencia diretamente os caminhos de construção da paz. Quando o local é constitutivo — ou seja, quando as próprias comunidades definem a concepção da paz a partir de suas cosmologias, necessidades e vivências —, tende a gerar processos mais duradouros, territorializados e forjados nas relações sociais. Por outro lado, quando o local é instrumentalizado — mobilizado como recurso dentro de um modelo previamente estabelecido e orientado por lógicas externas —, embora possa produzir resultados positivos, estes não necessariamente se vinculam à superação de traumas e à reconciliação efetiva.

A Colômbia foi escolhida como campo empírico por concentrar, desde 2016, diversas iniciativas que articulam meio ambiente e paz em territórios marcados por conflitos armados, mobilização comunitária e presença internacional. Os dois casos selecionados — o projeto Amazônia Sustentável para a Paz e as práticas de paz da Guarda Indígena Nasa — atendem a três critérios: atuam em áreas afetadas por conflitos armados e disputas socioambientais; possuem objetivos explícitos ligados à paz e à sustentabilidade ecológica; e envolvem populações indígenas e camponesas. Apesar dessas similaridades, distinguem-se pela forma de mobilização do local: o primeiro adota uma abordagem predominantemente instrumental, com participação comunitária dentro de um desenho institucional pré-definido, enquanto o segundo mobiliza o local de forma constitutiva, concebendo a paz desde suas próprias cosmologias e experiências comunitárias.

Em virtude dessas características, a pesquisa adota um desenho de estudo de caso comparativo, baseado na lógica dos casos mais similares (most similar systems design), conforme detalhado por Peres (2017). A premissa deste desenho é que, ao selecionar casos que compartilham um conjunto robusto de variáveis contextuais, é possível “congelá-las”, neutralizando sua influência para isolar o fator explicativo principal. Neste estudo, são

controlados fatores como: (a) o contexto comum do pós-acordo de 2016 na Colômbia, sujeito às mesmas dinâmicas de violência e fragilidade institucional; (b) a inserção de ambas as iniciativas no campo do environmental peacebuilding; (c) a atuação em territórios historicamente afetados por conflitos armados e disputas socioambientais; e (d) a promoção da interação direta entre populações locais (indígenas e camponesas) e ex-combatentes das FARC-EP em busca da reconciliação. Com essas semelhanças controladas, a análise pode se concentrar com maior rigor na variável explicativa que os distingue: a forma de mobilização do local. Essa variável se manifesta de maneira contrastante: ora constitutiva, emergindo das cosmologias, saberes e autonomia política da Guarda Indígena Nasa ; ora instrumental, na qual a participação comunitária ocorre dentro do desenho institucional, técnico e orientado por metas externas. Dessa forma, o desenho metodológico permite atribuir as variações encontradas no tipo de paz que emerge — se uma paz "lenta", relacional e duradoura, ou uma "paz com pressa", mais frágil e funcional — diretamente à influência dessa variável, fortalecendo a validade interna da análise.

Este estudo será desenvolvido em cinco etapas. A primeira consiste na construção do referencial teórico com base nas literaturas sobre environmental peacebuilding, everyday peace, slow peace e abordagens indígenas, com foco principal nos autores: Mac Ginty, Tobias Ide e Angela Lederach. Em seguida, na segunda etapa, será realizado o levantamento documental de fontes primárias e secundárias: no caso do projeto Amazônia Sustentável para a Paz, serão analisados documentos oficiais e relatórios institucionais do PNUD Colômbia; para a Guarda Indígena, serão priorizados materiais produzidos pelas comunidades e coletivos indígenas pertencentes a esse grupo e artigos que analisam o caso da Guarda Indígena para a construção de paz na Colômbia, como os artigos de Paola Chaves.

A terceira etapa envolve entrevistas semiestruturadas remotas com amostragem intencional, abrangendo lideranças, técnicos e representantes institucionais. O roteiro será guiado por categorias analíticas definidas na revisão teórica, com abertura a novas narrativas. As entrevistas seguirão protocolos éticos, incluindo consentimento livre, anonimato e respeito às normativas específicas para populações tradicionais.

A quarta etapa consiste na análise dos dados será conduzida por meio da técnica de análise temática interpretativa, com apoio de software qualitativo (NVivo), seguindo as etapas de codificação inicial, agrupamento em categorias e interpretação à luz do referencial teórico. Por fim, a quinta etapa será a síntese dos resultados encontrados e a realização de comparações

entre os casos. Esse comparativo será orientado por quatro dimensões analíticas: (1) quem concebe o projeto — identificando se a concepção é endógena ou externa; (2) grau de participação comunitária — desde consultas formais até o protagonismo na tomada de decisões; (3) vínculos sociais desenvolvidos — avaliando se as interações geram confiança, reconciliação ou cooperação duradoura; e (4) articulação entre práticas ambientais e construção da paz — observando como ações de gestão ambiental se conectam a objetivos de reconciliação e justiça socioambiental. O papel da pesquisadora será reflexivo, reconhecendo que sua posição externa exige atenção às assimetrias de poder e sensibilidade intercultural para compreender cosmologias e práticas comunitárias sem reduzi-las a categorias externas. A pesquisa foi desenhada para ser plenamente realizável por meio de fontes documentais e entrevistas remotas, o que garante sua viabilidade mesmo sem trabalho de campo. Contudo, caso surja a oportunidade de realizar atividades presenciais na Colômbia, essas poderão enriquecer a análise, oferecendo maior profundidade empírica, sem que isso comprometa a estrutura já estabelecida do estudo.

Por fim, será realizada uma síntese comparativa dos resultados, sistematizando semelhanças e diferenças entre os dois casos e discutindo suas implicações teóricas e práticas para o campo do environmental peacebuilding. Reconhecem-se como limitações potenciais as dificuldades de acesso remoto, barreiras institucionais e desafios metodológicos específicos no trabalho com comunidades tradicionais, especialmente no que se refere a dimensões espirituais e saberes protegidos. Embora os resultados não sejam generalizáveis, espera-se que esta pesquisa contribua para aprofundar o debate sobre o papel do local nos processos de construção da paz em contextos marcados por violência, desigualdade e resistência.

Cronograma:

ATIVIDADES	1/2026	2/2026	1/2027	2/2027
Revisão bibliográfica e aprofundamento teórico EPB, paz cotidiana.	X			

Revisão bibliográfica reconciliação e abordagens indígenas para a paz.	X			
Estudo de caso 1 – Amazônia Sustentável para a paz (documentos, análise crítica)		X		
Estudo de caso 2 – Ritual do Perdão e atuação da Guarda Indígena		X		
Organização e codificação dos dados empíricos (uso de software qualitativo)		X		
Redação dos capítulos de análise comparativa e discussão teórica			X	
Escrita da conclusão e revisão geral da dissertação			X	
Qualificação			X	
Defesa da dissertação				X

Referências

BRUNO, Simone. **Sangue e créditos de carbono: a história dos Montes de Maria**. [S. l.], 2012. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2012/01/06/sangue-e-creditos-de-carbono-a-historia-dos-montes-de-maria>. Acesso em: 12 ago. 2025.

CHAVES, Paola; AARTS, Noelle; VAN BOMMEL, Severine. Reconstructing Collective Identity for Peacebuilding: The Indigenous Guard in Northern Cauca – Colombia. **Journal of Latin American Cultural Studies**, [s. l.], v. 27, n. 4, p. 463–485, 2018.

CHAVES, Paola; AARTS, Noelle; VAN BOMMEL, Severine. Self-organization for everyday peacebuilding: The Guardia Indígena from Northern Cauca, Colombia. **Security Dialogue**, [s. l.], v. 51, n. 1, p. 39–59, 2020.

DE TOLEDO GOMES, Aureo. Da paz liberal à virada local: avaliando a literatura crítica sobre peacebuilding. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 46–76, 2014.

DRESSE, Anaïs *et al.* Environmental peacebuilding: Towards a theoretical framework. **Cooperation and Conflict**, [s. l.], v. 54, n. 1, p. 99–119, 2019.

GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY. **Projects**. [S. l.]: The GEF, 2025. Disponível em: <https://www.thegef.org/projects-operations/database>. Acesso em: 19 set. 2025.

HACHMANN, Samyra *et al.* Conceptualizing Community-based Environmental Peacebuilding in Cesar, Colombia. **Human Ecology**, [s. l.], v. 51, n. 2, p. 221–235, 2023.

IDE, Tobias. The dark side of environmental peacebuilding. **World Development**, [s. l.], v. 127, p. 104777, 2020.

IDE, Tobias. The Impact of Environmental Cooperation on Peacemaking: Definitions, Mechanisms, and Empirical Evidence. **International Studies Review**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 327–346, 2019.

IDE, Tobias *et al.* The past and future(s) of environmental peacebuilding. **International Affairs**, [s. l.], v. 97, n. 1, p. 1–16, 2021.

INDEXMUNDI. **Colombia — Poverty headcount ratio**. [S. l.]: IndexMundi, 2025. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/facts/colombia/poverty-headcount-ratio>.

INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. **Global Peace Index Maps**. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.visionofhumanity.org/maps/>.

INSTITUTO SINCHI. **Proyecto Amazonia Sostenible para la Paz le apuesta al fortalecimiento de instituciones y organizaciones locales para promover los sistemas productivos sostenibles en Putumayo y Caquetá**. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://sinchi.org.co/proyecto-amazonia-sostenible-para-la-paz-le-apuesta-al-fortalecimiento-de-instituciones-y-organizaciones-locales-para-promover-los-sistemas-productivos-sostenibles-en-putumayo-y-caqueta>. Acesso em: 5 maio 2025.

JOHNSON, McKenzie F.; RODRÍGUEZ, Luz A.; HOYOS, Manuela Quijano. Intrastate environmental peacebuilding: A review of the literature. **World Development**, [s. l.], v. 137, p. 105150, 2021.

KALYVAS, Stathis N. **The logic of violence in civil war**. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2006. (Cambridge studies in comparative politics).

KRAMPE, Florian; SWAIN, Ashok. Environmental Peacebuilding. In: RICHMOND, Oliver P.; VISOKA, Gëzim (org.). **The Oxford Handbook of Peacebuilding, Statebuilding, and Peace Formation**. 1. ed. [S. l.]: Oxford University Press, 2021. p. 563–578. Disponível em: <https://academic.oup.com/edited-volume/34241/chapter/290329234>. Acesso em: 24 fev. 2025.

LEDERACH, John Paul. **Building peace: sustainable reconciliation in divided societies**. Washington, D.C: United States Institute of Peace Press, 1997.

LEDERACH, Angela Jill. **Feel the grass grow: ecologies of slow peace in Colombia**. Stanford, California: Stanford University Press, 2023.

LEDERACH, Angela J. “The Campesino Was Born for the Campo”: A Multispecies Approach to Territorial Peace in Colombia. **American Anthropologist**, [s. l.], v. 119, n. 4, p. 589–602, 2017.

MAC GINTY, Roger. **Everyday peace: how so-called ordinary people can disrupt violent conflict**. New York, NY: Oxford University Press, 2021. (Studies in strategic peacebuilding).

MAC GINTY, Roger; WILLIAMS, Andrew. **Conflict and Development**. 0. ed. [S. l.]: Routledge, 2009. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781134149148>. Acesso em: 30 jul. 2025.

MORALES, Lorenzo. **Peace and Environmental Protection in Colombia: Proposals for Sustainable Rural Development**. Washington, DC: Inter-American Dialogue, 2017. Disponível em: https://thedialogue.org/wp-content/uploads/2024/12/Envt-Colombia-Eng_Web-Res_Final-for-web.pdf.

MORALES MUÑOZ, Héctor *et al.* **Environmental Peacebuilding in Colombia: Leveraging Synergies between Environment, Climate, Peace and Security Policies**. Berlin: adelphi research and Fundación Conflict Responses - CORE, 2025. Policy Report.

MORALES-MUÑOZ, Héctor *et al.* Assessing impacts of environmental peacebuilding in Caquetá, Colombia: a multistakeholder perspective. **International Affairs**, [s. l.], v. 97, n. 1, p. 179–199, 2021.

ONU. **Indígenas y ex Farc, ejemplo de reconciliación en Dabeiba**. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://colombia.unmissions.org/ind%C3%ADgenas-y-ex-farc-ejemplo-de-reconciliaci%C3%B3n-en-dabeiba>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). **Região da América Latina e Caribe apresenta a maior desigualdade na distribuição de terra**. [S. l.: s. n.], 2017.

PERES, Glauco. **Desenho de pesquisa**. [S. l.]: Enap, 2017.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD). **27262 Términos de Referencia - TDER: Evaluación Final del Proyecto Amazonía Sostenible para la Paz PIMS 5715**. [S. l.]: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), 2024. Termino de Referencia. Disponível em: <https://erc.undp.org/evaluation/documents/download/23452>. .

REINA, Daniel Santiago Pérez. La guardia indígena y la construcción de paz en el Cauca: una aproximación conceptual desde la ciencia política. **Jangwa Pana**, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 26–35, 2022.

REYES, Hernán. **Conectividad y conservación de la biodiversidad en la Amazonía: Amazonia Sostenible para la Paz. Informe Final de Evaluación**. Bogotá: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) Colombia, 2024. Relatório técnico. Disponível em: <https://www.undp.org/es/colombia/projects/amazonia-sostenible-para-la-paz>. .

RICHMOND, Oliver P. **A post-liberal peace**. Milton Park, Abingdon, Oxon [England] ; New York: Routledge, 2011. (Routledge studies in peace and conflict resolution).

ROJAS-ROBLES, Rosario. Ambiente y post-acuerdo en Colombia: la construcción de una paz integral y con la naturaleza no-humana. **Gestión y Ambiente**, [s. l.], v. 21, n. 2Supl, p. 183–192, 2018.

SCHMID, Dominique; VLASKAMP, Martijn C. Public preferences of environmental peacebuilding: The case of forest conservation projects in Colombia. **Environment and Security**, [s. l.], v. 2, n. 4, p. 568–598, 2024.

VÉLEZ-TORRES, Irene; LUGO-VIVAS, Diego. Slow violence and corporate greening in the war on drugs in Colombia. **International Affairs**, [s. l.], v. 97, n. 1, p. 57–79, 2021.